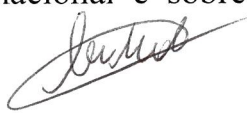
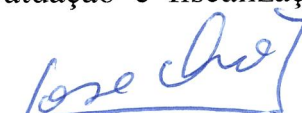
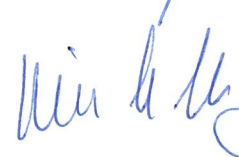


PARLAMENTO INTERNACIONAL MUNICIPAL - PARLIM
PEDRO JUAN CABALLERO & PONTA PORÃ

ATA Nº 02/2025 - ORDINÁRIA

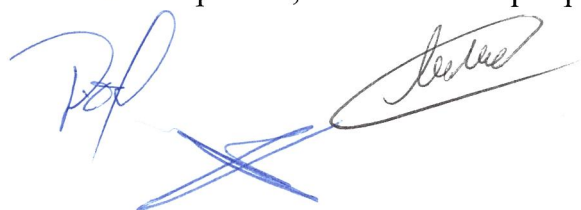
1 De acordo com a resolução nº 07/1999, que regulamenta o Parlamento
2 Internacional Municipal (PARLIM). Segunda Sessão Ordinária do Parlim, seis de
3 março de dois mil e vinte e cinco. Bem-vindos a 2ª Sessão Ordinária do PARLIM,
4 Junta Municipal de Pedro Juan Caballero – PY. Vamos presidir esta sessão com a
5 ausência da presidente desta Junta, senhora Zulma Icassati Acevedo, por questão
6 de saúde, não vai poder participar conosco. Então, vamos levar em frente e presidir
7 esta sessão, a segunda sessão municipal do ano, juntamente com o presidente da
8 Câmara Municipal de Ponta Porã, Agnaldo Pereira Lima. De acordo com a
9 resolução número 7/ 1999 e a resolução 10/2024/CMPP, que regulamente o
10 Parlamento Internacional Municipal. Havendo número legal de Vereadores e
11 Concejales, representantes do PARLIM e sob a proteção de Deus, declaro aberta a
12 2ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo de 2025. Ata da Sessão anterior será
13 colocada em discussão e votação. Em discussão...em votação...os vereadores que
14 estiverem de acordo permaneçam como estão...está aprovada. Presidente: Solicito
15 ao senhor Secretário Geral, Derlis Torres, que faça a leitura da matéria do
16 expediente. Primeiro, discussão para aprovação da lei de Mobilidade Urbana nos
17 municípios de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, dos veículos usados em
18 aplicativo. Segundo, Ofício ao Senhor Intendente Municipal de Pedro Juan
19 Caballero, requerendo a poda/retirada das árvores que se encontram na rota dos
20 aviões. Terceiro, informações sobre o avanço do projeto referente ao aeroporto
21 binacional e sobre a atuação e fiscalização das autoridades de segurança nas

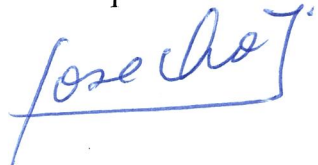
  Larissa Winckler

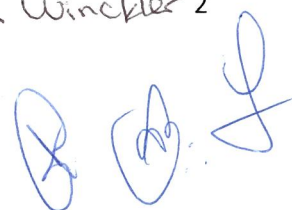
  

22 proximidades dos hotéis. Quarto, a abertura da discussão sobre a mobilidade urbana
23 das Vans escolares (veículos paraguaios) no município de Ponta Porã. Sr.
24 Presidente da Câmara de Vereadores de Ponta Porã, Agnaldo Pereira Lima, bom
25 dia. Obrigado, Sr. Presidente. E agora a sua palavra, Sr. Presidente Agnaldo. Bom
26 dia presidente Ivo Lescano. Bom dia aos colegas vereadores de Ponta Porã. Bom
27 dia aos colegas concejales de Pedro Juan Caballero. É uma honra estar aqui mais
28 uma vez com vocês, na reunião do PARLIM. Penso que é o momento que nós temos
29 para discutir as questões de fronteira, pelas discussões de hoje eu digo que vão
30 render soluções que a gente precisa colocar em pratica em relação aos problemas
31 em comuns de ambas as cidades. Obrigado Presidente Ivo. Algum vereador ou
32 concejal deseja fazer uso da palavra? Concejal Francisca Angélica Valdez. Bom
33 dia presidente Ivo e presidente Agnaldo, colegas vereadores e concejales e a todos
34 os presentes. Realmente é uma reunião muito importante, porque estaremos
35 tratando de um tema de tamanha importância para ambas as cidades, Pedro Juan
36 Caballero e Ponta Porã. Obrigado concejal Angélica Valdez. Vereador/Presidente
37 Agnaldo: Eu quero agradecer a presença remota, da Secretária de Estado de
38 Roraima – Gerlane Baccarin, que hoje participa desta reunião através de vídeo
39 conferência. Agradecer também ao concejal Eduardo de Encarnación pelo convite
40 para o carnaval de Encarnación e que foi visitado pela Valquíria representando
41 Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, fazendo com que aumente a integração e união
42 do Brasil com o Paraguai. Hoje também vamos ter uma reunião, após esta do
43 Parlim, com o Intendente de Pedro Juan Caballero, Ronald Acevedo, onde será
44 tratado o assunto do corte/poda das árvores, a pedido da AENA. Obrigado
45 presidente. O primeiro ponto da discussão é sobre a provação da Lei de Mobilidade
46 Urbana. Tem um projeto que já temos à disposição dos colegas para que se faça
47 uma análise. Já temos uma cópia desse projeto para que possamos analisar e logo
48 aprovar, de tal forma que possa ser aplicado ao Parlamento Internacional. Passo a

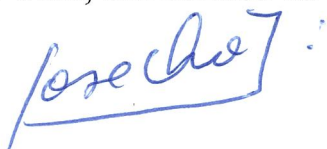




Wagner Winckler 2



76 e retirada das árvores que se encontram na rota dos aviões que chegam em Ponta
77 Porã. Presidente Agnaldo: Em relação a poda das árvores, como somos cidades
78 gêmeas, a nossa rota dos aviões está bem na linha internacional, de certo modo a
79 gente entra no espaço aéreo do Paraguai, removendo esses obstáculos, a gente
80 consegue trazer aeronaves maiores para cá e isso é um passo fundamental para a
81 viabilização do aeroporto binacional que será o terceiro aeroporto binacional do
82 mundo. Nós já temos uma audiência marcada com o vice-presidente da República
83 do Paraguai para o final de março. Se a gente conseguir iniciar a poda e remoção
84 das árvores, será um grande avanço para nós na tratativa do aeroporto binacional.
85 Então a gente está na iminência de fazer isso muito mais rápido. Gostaria que a
86 gente viabilizasse tudo isso junto ao Intendente municipal de Pedro Juan Caballero,
87 para que ele nos ajude a organizar isso aí. A Prefeitura de Ponta Porã está à
88 disposição, o próprio aeroporto, tanto com equipe quanto com maquinário, se for
89 necessário. Presidente Ivo Lescano: Peço a colega concejal Carolina se ela pode
90 gerenciar esse encontro junto ao Intendente, para hoje ainda após esta sessão, se for
91 possível. Presidente Agnaldo: De todo modo peço ao Derlis que faça essa
92 solicitação ao Intendente, via Parlim, para que possa ficar registrado em ATA.
93 Presidente Ivo Lescano: A pauta seguinte é a reclamação dos comerciantes e
94 empresários de Pedro Juan Caballero e sobre isso nós aqui já estamos organizando
95 uma reunião, dependendo apenas da agenda de vocês e de seus pares Presidente
96 Agnaldo, aí em Ponta Porã, para que possamos abordar esse assunto. Presidente
97 Agnaldo: Sobre essa questão nós falávamos na última sessão em fazer uma reunião
98 com as autoridades policiais em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. A gente está
99 trabalhando fortemente na linha Internacional e hoje esse investimento aqui, de
100 cerca de vinte e cinco milhões de dólares, que é a obra internacional. Só que uma
101 coisa tem que ficar clara, a estrutura para permanência da polícia, nós conseguimos
102 com o senador Nelsinho Trad, um recurso na ordem de novecentos e oitenta mil



Carolina Winkler

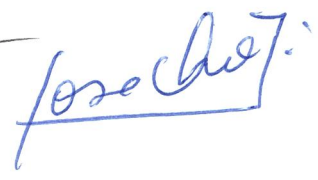


103 reais para a construção, em algum ponto desses, da linha internacional. Um prédio
104 onde vai ter uma sala para o Parlim, uma para a polícia militar outra para a nacional,
105 uma sala para informação política e uma sala de coordenação da linha internacional.
106 Por isso que isso aí em algum momento, vereador Bordão, esses assuntos da
107 gerência, ele vai ter que ser comandado por duas mãos, Brasil e Paraguai, porque
108 os equipamentos públicos vão estar ali e vão ter que ser mantidos, tem que haver a
109 manutenção desses equipamentos. Alguém tem que autorizar o uso das forças, a
110 limpeza, a ação da polícia ou da guarda municipal. E isso não adianta ser as
111 municipalidades, conforme a sua demanda. Tem que ter uma gerência e essa
112 gerência, ela precisa de uma sede e essa sede tem que ser na linha internacional.
113 Então a gente já conseguiu esse recurso. Eu tenho certeza, se a gente chamar a
114 polícia para conversar, eles vão dizer, escuta, tem algum posto policial? Antes de
115 terminarem as obras da linha internacional, a gente já vai ter iniciado essa obra, que
116 é uma obra à parte, sobre a questão da estrutura física, para a gerência da linha
117 internacional. Nós vamos ter aí vários campos de futebol, vários equipamentos,
118 coisas que precisam ser geridas. E não adianta achar que essa gerência vai acontecer
119 aqui na municipalidade ou lá na prefeitura de Ponta Porã. Isso só será possível uma
120 vez que tivermos uma presença física em um local designado. Sendo assim,
121 qualquer problema que surgir na linha internacional, será resolvido nesse local,
122 facilitando assim o acesso das pessoas, tanto para informações jurídicas quanto na
123 questão da segurança. A manutenção daquele prédio público que será construído,
124 vai ser para atender as demandas das duas cidades, Pedro Juan Caballero e Ponta
125 Porã. Concejal Carmen Agüero: É importante a união de esforços com todas as
126 autoridades para buscarmos solução para os problemas que afetam ambas as
127 cidades. E esse é um problema bastante importante e agora mais ainda. Obrigada
128 Concejal. Próxima pauta é a discussão sobre a mobilidade urbana das vans
129 escolares (veículos paraguaios) no município de Ponta Porã. O que temos sobre

Haissa Winckles

[Handwritten signatures and notes]
Mickell
Angilica Valdes

130 essa questão que suscitou com os trabalhadores que trabalham com veículos de
131 transporte escolar, houve um inconveniente dias atrás, para trabalhar em Ponta
132 Porã. Se algum concejal que queira dar uma explicação sobre o ocorrido fique à
133 vontade. Presidente, podemos chamar os próprios afetados nesse incidente, para
134 que façam a sua explicação, os que estiverem presentes. Bom dia, Eu faço o
135 transporte coletivo do Paraguai para o Brasil. E esses dias nos falaram que nós
136 Paraguaio não podemos entrar no Brasil. Eu pergunto, o que nós necessitamos para
137 que isso possa acontecer? Porque nos nossos documentos estão todos corretos,
138 nossos veículos também, com a documentação toda em dia. Presidente Agnaldo:
139 Com certeza é importante trazer esse assunto e aí se justifica cada vez mais o
140 trabalho do PARLIM. Falávamos aqui com o Presidente Ivo sobre a questão que,
141 em algum momento, nós trabalhamos firmemente para que o transporte coletivo da
142 empresa medianeira pudesse cruzar a fronteira e fazer o transporte. E isso também
143 já foi falado em uma reunião com o prefeito, que poderá ser feito o transporte
144 coletivo. O transporte coletivo de aplicativo que se está debatendo neste momento
145 é totalmente diferente do transporte escolar, porque neste pega-se um morador de
146 Pedro Juan Caballero transporta para a escola de Ponta Porã, depois pega-se de
147 volta essa pessoa da escola de Ponta Porã e leva para sua residência em Pedro Juan
148 Caballero. Nós estamos falando de cidadãos paraguaio ou brasileiros que moram
149 em Ponta Porã ou de cidadãos paraguaio, que por algum motivo, estudam em Ponta
150 Porã. Chamei os vereadores Gabriel Arce e Carlos Bordão para a gente começar a
151 abrir essa discussão. Quando nós cruzamos a linha para fazer uma viagem à
152 Assunção, a gente tem que ter algumas questões que lá no Brasil não se exigem,
153 como as leis de trânsito, que a gente precisa cumprir, assim como os cidadãos
154 paraguaio, eles têm que cumprir as leis de trânsito brasileiras. E tudo isso que nós
155 estamos falando hoje aqui, faz parte da integração que sempre existiu entre as duas
156 cidades/irmãs, Pedro Juan Caballero e Ponta Porã. O debate sobre o assunto

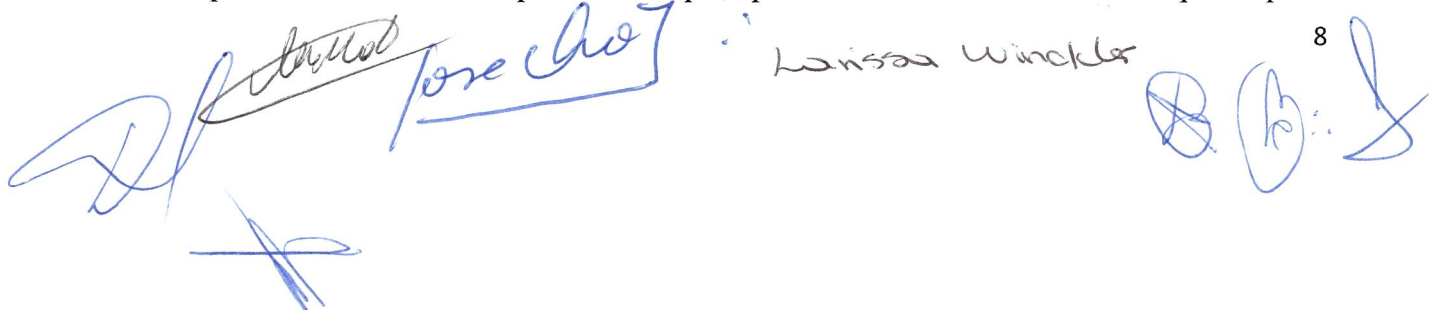
    
6

157 continuou entre os colegas concejales e vereadores presentes. Vereador Gabriel
158 Arce: Nós tivemos uma reunião do Conselho Municipal de Trânsito há quinze dias
159 atrás mais ou menos. Nós temos essa reunião com o Conselho Municipal de
160 Trânsito todo mês. E o que foi discutido foi justamente o transporte escolar
161 municipal. Porém, claro, não sabíamos o assunto. Nós, aí, do Conselho Municipal
162 de Trânsito, como faço parte, representando a Câmara Municipal, o vereador
163 Bordão também é membro do Conselho, e lá foi discutido a questão da fiscalização
164 do transporte escolar, com a segurança. E o que foi pedido, até pela FASP, que
165 representa os motoristas, foi uma maior fiscalização por parte, tanto dos agentes
166 municipais de trânsito, quanto da Polícia Militar. Então eu acredito que essa
167 abordagem, que a senhora sofreu, foi decorrente da reunião do Conselho Municipal
168 de Trânsito. Só que, realmente, o assunto é um pouco mais delicado em se tratando
169 de um veículo estrangeiro. Porque, mesmo que a senhora esteja, conforme a
170 legislação paraguaia, dentro da legislação, respeitando todas as regras que a
171 legislação paraguaia diz quanto ao transporte escolar, pode ser que, dentro do
172 Brasil, a senhora não esteja legalmente conforme a lei brasileira. Então, esse é um
173 detalhe muito importante, que nós vamos ter que tomar muito cuidado de conseguir
174 fazer com que esses veículos paraguaios, até onde eu vejo, são veículos
175 estrangeiros, aqui do Paraguai, que levam ônibus para o Brasil. Então, a gente
176 precisa, como disse o presidente, tomar muito cuidado em dar uma certa “carta
177 branca” ao veículo estrangeiro que vai operar esse transporte. Principalmente
178 quando a gente utiliza, assim, a diferença entre a legislação e fiscalização. Por quê?
179 Porque a gente tem um Conselho Nacional de Trânsito, que é o órgão superior
180 máximo no Brasil. É ele é que dita esse tipo de regras. Não só no transporte de
181 passageiros escolar, mas sim um outro ponto que a gente também está tendo aqui
182 em discussão, que é a questão do transporte de aplicativo. Então, eu acredito que
183 isso aqui realmente é uma reunião que dá início a uma discussão um pouco delicada

Vanessa Winckler 7

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including "Jose Carlos", "Engilica Valdes", and "PB"]

184 no que diz respeito justamente a essa permissão ou não, essa possibilidade ou não,
185 dessa operação de fronteira, de ambos os veículos. No caso, veículos de chapas
186 estrangeiras, no nosso caso, Brasil e Paraguai. No meu ver, a abordagem que a
187 senhora sofreu, foi realmente em razão da nossa reunião. Por quê? Porque lá foi
188 dito pela polícia Militar que eles iam apertar um pouco mais a fiscalização para
189 fiscalizar todos e provavelmente se depararam com uma situação de uma Van de
190 origem estrangeira operando transporte escolar, no Brasil. Então, a autoridade não
191 está preparada para essa situação. Presidente Agnaldo: Vereador Gabriel, a gente
192 precisa diferenciar o assunto. Nós não estamos falando de uma empresa estrangeira
193 que opera no Brasil. Nós estamos falando de uma empresa estrangeira que faz a
194 entrega no Brasil. Então essa necessidade que nós vamos ter que levar em
195 consideração. Nós nem poderíamos autorizar essa empresa estrangeira, estar
196 explorando esse serviço em Ponta Porã. Mas a gente vai ter que trabalhar para dizer
197 que nosso encaminhamento vai ser o seguinte, que nós estamos falando de uma
198 empresa estrangeira aqui de Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Ele pega o cidadão
199 aqui, leva para a escola em Ponta Porã e ele volta para Pedro Juan Caballero, como
200 todos nós fazemos com os nossos carros. Nós não estamos falando de uma empresa
201 que vai lá explorar, no Brasil. Então eu penso que nós temos que nos debruçar sobre
202 esse assunto para chegarmos a uma conclusão que seja ideal para ambos os países,
203 no caso aqui, Pedro Juan Caballero e Ponta Porã. Vereador Gabriel: Na verdade a
204 gente fica à mercê da fiscalização. A gente fica na missão de levar para as
205 autoridades, como é que isso vai ser feito. Qual a empresa? Quem são as pessoas?
206 Vai ter que ter um cadastro prévio dos veículos que estarão realizando esse
207 transporte e se possível, uma autorização. Não somos nós que fiscalizamos. É uma
208 autoridade policial. São agentes de trânsito. Concejal Larissa Winckler fala sobre a
209 suposta falta de documentação e informação dos que fazem esse tipo de transporte,
210 em especial essa senhora que falou aqui, que eles devem dar todo o suporte para

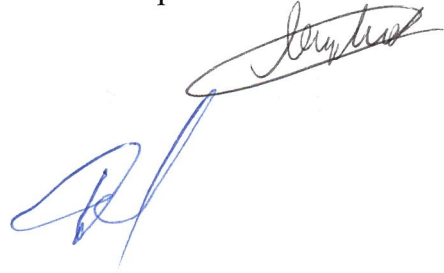
The bottom of the page features several handwritten signatures and marks in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, a signature is enclosed in a rectangular box. To the right of this box, the name 'Larissa Winckler' is written in a cursive script. Further to the right, there are two circular stamps, one of which contains the letter 'B', followed by another signature.

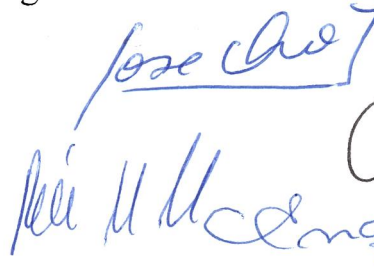
211 que essa situação seja regularizada. Concejal Francisca Angélica Valdez: Sim
212 presidente, a mim me chama a atenção de por que agora querem impedir, sendo que
213 já faz um bom tempo que ela está fazendo esse trabalho. E considero, presidente
214 Miudinho, de que ela deve manifestar, que ela leva as crianças de Pedro Juan
215 Caballero à escola e da escola para Pedro Juan Caballero. O único que digo é que
216 ela possa fazer esse trabalho, considero que ela disse isso. Então isso é importante,
217 presidente e senhores vereadores, cuidar da classe trabalhadora, porque o único
218 motivo é trabalhar adequadamente e legalmente, porque está carregando da sua casa
219 à escola da escola para suas casas. E assim ela está trabalhando, como um outro
220 amigo nosso também, senhor Rafael. É o que solicitamos encarecidamente, à ajuda
221 para as pessoas humildes e trabalhadoras. Então nós devemos ajuda-los para que
222 eles se entendam bem. Segundo ela manifestou, ela tem toda a documentação que
223 haviam requerido. Mas agora de repente ela foi impedida. Esse impedimento que
224 pedimos encarecidamente que tirem isso e que a deixe trabalhar com tranquilidade,
225 meu querido vereador. Perfeitamente concejal. Vereador Gabriel Arce: Eu vejo que
226 a autoridade policial no Brasil, não estava preparada para esse tipo de situação, de
227 um veículo estrangeiro fazendo esse tipo de atividade em território brasileiro, por
228 isso aconteceu essa situação ruim. Olhando assim, penso quem eles se preocupam
229 com a segurança das crianças, que também é a preocupação do Conselho Nacional
230 de Trânsito. Por isso é muito importante nossa reunião de hoje, damos início para
231 esclarecer a situação e poder ajudar às pessoas que exercem essa atividade. E com
232 a ajuda do Brasil e do Paraguai, elas possam trabalhar normalmente, sem
233 problemas. Esse é o nosso compromisso de hoje. Vamos esclarecer, demonstrar e
234 deixar bem claro que a situação é peculiar, única, porque nós estamos em uma linha
235 de fronteira, uma fronteira invisível e particularmente somos uma só cidade.
236 Obrigado Vereador. Aqui temos outro condutor afetado que vai falar. Faz quatro
237 anos que dirijo veículo escolar. O problema é que saiu uma Lei para todo o Mato

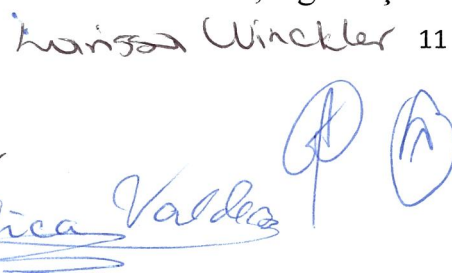
[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]
- Harissa Winekr 9
Francisca Angélica Valdez

238 Grosso do Sul e nessa Lei não está incluso os veículos com placas paraguaias.
239 Vereador Gabriel: Aí em Ponta Porã o município tem competência de legislar, no
240 trânsito. Temos a competência municipal, estadual e federal. O transporte público
241 de passageiros, principalmente o escolar, ele é regulado pela AGEMS – Agência
242 dos Serviços Públicos Estadual de Mato Grosso do Sul. Então o transporte público
243 de crianças, o transporte escolar, ele é regulado pelo estado. Ponta Porã não legisla
244 sobre isso. Nós não podemos legislar sobre o transporte público escolar de crianças,
245 quem regula é o estado. Por isso que o senhor teve esse problema. Foi uma Lei
246 estadual realmente, porque essa agência estadual que regula esse tipo de transporte.
247 Então o município, através do Detran, faz a vistoria dos veículos, dá o selo, vê se
248 está tudo certo, porém toda essa documentação, eles encaminham para a agência
249 estadual. E a agência estadual é quem dita a regra que deve ser cumprida no
250 município, isso em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Então não é tão simples
251 nós aqui em Ponta Porã forçarmos uma mudança legal. A legislação vai continuar
252 a mesma. O que a gente pode tentar, como disse o Agnaldo, é inserir essa situação
253 do veículo estrangeiro que pega crianças do Paraguai leva para o Brasil e volta para
254 o Paraguai, então não estão invadindo o mercado daquele motorista de Van
255 brasileiro, que faz o transporte escolar. Acredito que a gente deva esclarecer
256 realmente como ocorre essa situação. Presidente Agnaldo: Nós aqui com o Dr.
257 Fabiano, Procurador Geral da Câmara, a gente encontrou uma saída e já está bem
258 encaminhado isso. Em relação ao Porto Seco, quando ele estiver pronto os
259 caminhões vão fazer a exportação do Brasil. Como ele está lá na saída para Antônio
260 João, não tem muita estrada, via de acesso pelo Paraguai. Ele teria que sair dali do
261 Porto Seco, cruzar e ir lá no Porto Ortiz e já vir para o Paraguai, por conta da
262 exportação. O que foi discutido na última reunião na Receita Federal lá em Brasília?
263 Criar um corredor imune, por período, ou seja, aquele caminhão saiu do Porto Seco,
264 ele pode voltar pelo rolamento novo, sair pelo aeroporto e vir para a Ruta V, que é

265 o principal acesso de veículos pesados no Paraguai. Então, por que não criar uma
266 imunidade? Só que para isso nós vamos precisar, dentro do Parlim, aquela questão
267 da mobilidade de veículos de transporte, criar uma imunidade. A empresa A ela
268 pega a criança aqui em Pedro Juan, leva para o Ramiro Noronha e para o Manoel
269 Martins e volta para o Paraguai, então para essa empresa tem essa imunidade, nesse
270 período, para esses alunos. Todo ano, cada mês, cada seis meses, ela vai lá e fala:
271 meus alunos são esses, ela cruzou, seguiu a rota, foi embora. Aí a outra a empresa
272 B, eu levo fulano, trago ciclano, vamos fazer a rota, cria-se a imunidade. Vamos
273 deixar bem claro, eu não estou explorando serviço em Ponta Porã, a minha
274 encomenda é na escola Manoel Martins e Ramiro Noronha, ponto final. É esse o
275 meu compromisso. Tem que ter segurança em tudo aquilo que se exige. E eu penso
276 que é possível a gente avançar no estudo. Concejal Francisca Angélica: Justamente
277 estou analisando tudo o que se está falando. O vereador Arce disse que foi uma
278 resolução do conselho de trânsito. Assim como estão querendo regulamentar o
279 transporte de aplicativos, que eles também vêm de Ponta Porã à Pedro Juan
280 Caballero. E muitas vezes vem à Pedro Juan Caballero levar passageiros à Ponta
281 Porã. Assim também teriam que ter uma habilitação para que possam trabalhar.
282 Porque tem que se levar em conta que as crianças vão ser prejudicadas em Pedro
283 Juan Caballero, porque não vão poder ir à escola. Porque tem muitos brasileiros
284 que vivem no Paraguai e estudam em Ponta Porã, assim como muitos paraguaios,
285 que por vários motivos, estudam em Ponta Porã. Então nós vamos proibir que o
286 transporte escolar de Ponta Porã venha à Pedro Juan Caballero buscar alunos, a
287 trabalhar? Porque essa é a realidade, o trabalho, eles estão trabalhando. Eu sei que
288 antigamente, antes de se normalizar o Mercosul, o tema do transporte de veículos,
289 a gente passava no consulado solicitar uma autorização, pagávamos todos os
290 impostos. Por isso eu digo, é claro que temos que ver uma solução para esse
291 problema. Muito obrigada. Presidente Ivo Lescano: Para encerrar, agradeço a

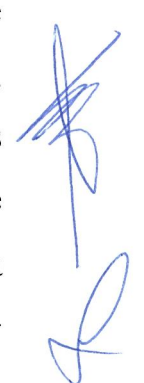




  11







292 presença e participação dos colegas concejales e vereadores. Então, verificar de que
293 vamos encaminhar as reclamações sobre esses serviços. Eles mesmo dizem, como
294 falou o vereador, pode ser que eles encontrem uma solução esporádica que tão
295 pouco está decidido e não sabemos se tem solução. Isso é o que temos que decidir,
296 se não tem solução, efetivamente o que podemos fazer? E se tem solução, o que
297 temos que fazer para poder exercer esse trabalho? Como falou o Presidente
298 Agnaldo, sabemos que ele está tentando, a parte de toda Lei federal, estadual, para
299 que possam nos beneficiar, os fronteiriços. A aplicação dessa Lei vai nos prejudicar
300 e vamos ter que fazer ou pensar dessa forma os fronteiriços. Caso contrário, não
301 vamos poder mudar de um lugar para outro, não vamos poder circular livremente,
302 como estabelece o tratado do Mercosul, que fala da livre circulação de gente e de
303 serviços. Creio que os que criaram as leis do Mercosul deram um grande passo,
304 porque para nós que estamos numa fronteira seca, nós não temos isso de controle
305 rodoviário federal/estadual, por pontes ou outras vias e eles têm grandes
306 inconvenientes. Mas na prática, o que se faz em Encarnación e Ciudad del Este? Os
307 que têm o famoso banking como dizem, os que fazem tour em Foz do Iguaçu, levam
308 passageiros do lado paraguaio, fazem o turismo em Foz do Iguaçu, sem nenhum
309 inconveniente e se são abordados, já tem resolvido essa situação e isso nós podemos
310 buscar também presidente Agnaldo e agradeço a sua preocupação. Concejál
311 Ronaldo Amarilha: Presidente Agnaldo. Presidente Ivo Lescano, concejales,
312 vereadores. O tema do Parlim foi criado para que nós possamos resolver estes
313 problemas com os nossos cidadãos, porque somos fronteiras irmãs, independente
314 de Leis do Brasil ou Paraguai, independente se temos uma constituição federal ou
315 nacional. E nós temos que tentar resolver todos os problemas, tanto do lado
316 brasileiro quanto paraguaio, porque somos um país irmão, vizinhos. Eu peço que
317 possamos resolver o problema da senhora através do Parlim. Obrigado Presidentes,
318 colegas concejales e vereadores. Presidente Ivo Lescano: Se não há mais nada a

319 tratar, podemos encerrar a discussão para este tema e passo a palavra ao Presidente
320 Agnaldo. Obrigado Presidente Ivo Lescano, dizer mais uma vez da satisfação de
321 poder participar desta sessão do Parlim. Quero dizer aos colegas que seria muito
322 doído para nós da região de fronteira, levarmos a ferro e fogo o que diz a legislação
323 Federal e Nacional. Nós estamos falando aqui exclusivamente do caso do transporte
324 do estudante de Pedro Juan Caballero para uma escola no Brasil, se isso acontecer,
325 nós teremos que ter autorização para viajar, autorização do pai para ir com o
326 condutor para cruzar a fronteira e ir lá para o Brasil estudar. Se nós fizermos isso,
327 ao contrário do que estamos falando, a gente estará indo na contramão da
328 integração. Nós estamos falando de transporte, de aeroporto binacional, a gente
329 invade o espaço aéreo do Paraguai alguns quilômetros para poder pousar. A gente
330 está falando de integração, de um certo modo nós vamos entrar em território
331 paraguaio, tirando as árvores para que as aeronaves possam descer. Nós estamos
332 falando que nós vamos trabalhar para fazer o aeroporto binacional, o terceiro do
333 mundo. Isso aqui gente é motivo de orgulho. Enquanto a gente tiver um olhar de
334 que a cidade de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã são cidades irmãs e de que os
335 dois países são um só povo. Nós não temos um rio que nos separa. Eu fico muito
336 contente quando esses assuntos vêm para a gente aqui. Por que? Porque a população
337 está procurando o Parlim para resolver um problema que está acontecendo neste
338 momento, no Brasil e no Paraguai, no que tange a questão do transporte de
339 aplicativo e nós estaremos levando isso aí para discussão e nós buscaremos uma
340 alternativa para atender vocês. Eu penso assim, se nós não fizermos isso, estaremos
341 indo na contramão da integração. Eu posso garantir para vocês, que não faltará boa
342 vontade da nossa parte. Quero agradecer a participação do pessoal de Roraima, por
343 teleconferência, tenho certeza de que nós estamos sendo um exemplo para eles.
344 Quero comunicar que vamos participar de uma reunião do Parlasul em Ponta Porã
345 e Pedro Juan Caballero, no mês de julho, provavelmente nós faremos uma sessão

Leandro

Jose Chue

Vanessa Winkler 13

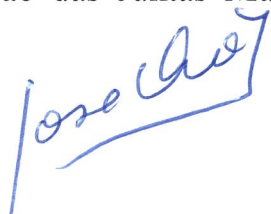
Engilica Valdes

10

1

1

346 aqui na Junta Municipal de Pedro Juan Caballero e na Câmara Municipal de Ponta
347 Porã. Eu quero agradecer a Gerlane que é a secretária de estado lá de Roraima, que
348 acompanhou a sessão. Quero agradecer o Senador de Roraima, ele é Presidente do
349 Parlatino – Parlamento Latino Americano, que também acompanham a sessão, algo
350 que Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se tornaram exemplo para vários países.
351 Esses dias recebi uma mensagem do embaixador Simões dizendo que o Parlim é
352 assunto agora no Itamarati brasileiro, para um estudo de caso de funcionamento, na
353 faixa de fronteira. Por isso as atividades do Parlim nós levamos, para o Brasil e para
354 o mundo as nossas relações, isso é importante. Por que? A partir do momento que
355 a gente consegue levar a nossa realidade, nós conseguimos até mesmo trazer
356 recursos para a região de fronteira, como já foi anunciado. A Dra. Jeane e o Dr.
357 Fabiano estiveram conversando com o Presidente do Parlasul Deputado Arlindo
358 Chinaglia, onde ele já falou para a gente escolher um deputado federal para
359 encontrar uma comissão permanente lá no Parlasul. E nós escolhemos o deputado
360 federal para fazer isso, no sentido de que vai arrumar recursos financeiros para ser
361 aplicado na região de fronteira, recursos do FOCEM. Para mim isso não é novidade,
362 mas é que nós não esperávamos, não buscávamos. Mas por que isso apareceu? Não
363 foi do nada. Foi para a gente se mostrar, que nós existimos, que nós estamos aqui.
364 Então eu fico muito contente. Agradecer o pessoal da Secretaria de Estado de
365 Governo que participou da sessão. Eu tenho certeza que, em algum momento, vocês
366 venham para Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Bebam da nossa água, comam o
367 nosso coquito, tomem o nosso café e com certeza, vocês vão entender a nossa
368 integração. Tenho o maior orgulho de estar presidindo aqui, ao lado do nosso
369 presidente Ivo Lescano. E dizer para vocês da felicidade de poder estar aqui junto
370 com vocês. Obrigado, fiquem com Deus e que Ele nos abençoe a todos. Concejal
371 Francisca Angélica: Presidente Ivo, quero solicitar que nós possamos convidar o
372 Presidente da Associação das Juntas Municipais do Paraguai, que equivale ao



Handwritten signature in blue ink



373 Presidente da Associação das Câmaras Municipais do Brasil, para participarem de
374 alguma reunião do Parlim. Presidente Ivo: justamente eles querem programar
375 alguma atividade, que venham aqui depois de nossa capacitação, querem vir por
376 dois dias de atividades e assim conhecer a nossa fronteira. Vereador Bordão:
377 Convidar a todas as mulheres concejales para a sessão solene referente ao dia da
378 Mulher, hoje à noite, na Câmara Municipal de Ponta Porã. Presidente Ivo Lezcano:
379 Nada mais havendo a tratar e sob a proteção de Deus, declaro encerrada esta sessão.

AGNALDO PEREIRA LIMA

GABRIEL ARCE

JOSÉ IVO LEZCANO

RONALDO AMARILLA

LARISSA WINCKLER

MAHIBA C. DE ACEVEDO

LOURDES AMARILLA

CARLOS BORDÃO

REINALDO JALASCA

JORGE MEDINA

CARMEN AGÜERO

ANGÉLICA VALDEZ

